

Juros serão limitados a 1% do PIB

BRASÍLIA — O governo do Presidente eleito Fernando Collor de Mello vai limitar o pagamento dos juros da dívida externa a 1% do Produto Interno Bruto (PIB), por ano. Segundo revelaram fontes da equipe de assessores econômicos de Collor, a meta consta do plano para a economia entregue ontem a Collor, que aprovou o seu conteúdo básico. Caso o limite seja cumprido, as remessas ao exterior a título de pagamento de juros cairam a menos da metade em relação a 1989.

Segundo dados do Banco Central, durante o ano passado, o Brasil pagou de juros US\$ 8,979 bilhões. O volume, que corresponde a 2,55% do PIB estimado para o ano, só não foi maior porque não se pagou mais nada depois de setembro, sob pena de comprometer as reservas cambiais do País. A previsão inicial era de que, em 1989, as remessas por conta do serviço da dívida externa chegassem a US\$ 11,2 bilhões. Em 88, esse tipo de despesa representou ainda mais: cerca de 3,9% do PIB, de acordo com o BC.

Se o volume do PIB se mantiver estável em relação ao estimado para 89 (os cálculos não estão fechados), serão pagos em 1990 no máximo US\$ 3,52 bilhões em juros. Na prática, isso representaria uma revisão das

metas estabelecidas no programa de Governo divulgado durante a campanha e que previa o pagamento, em 1990, de US\$ 5 bilhões. Os economistas ligados a Collor fazem questão de ressaltar que nesse limite não se incluem remessas relativas a outras rubricas, como os lucros de empresas estrangeiras sediadas no País.

A limitação das remessas foi uma condição imposta pelo próprio Presidente eleito para o programa econômico elaborado por seus assessores, disse ontem Zélia Cardoso de Mello, chefe da equipe econômica de Collor. Segundo um dos membros da equipe, o futuro Governo não pretende retomar as amortizações da dívida, limitando os pagamentos aos juros. Até que a dívida seja renegociada, porém, junto aos credores internacionais, nem o pagamento de juros será retomado, informou ainda a mesma fonte.

Há várias formas em estudo para reduzir as remessas. A parcela extra-limite poderia, por exemplo, simplesmente ser rolada. Mas o esforço será para que o valor devido em juros se reduza, a partir da redução das taxas ou ainda a partir da redução do próprio estoque da dívida, como conseguiu o México. A questão do deságio será discutida com os credores.